04/06/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 28.117 SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER
JUDICIARIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : LUIZ GUILHERME BITTENCOURT MARINONI E
OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO
AGDO.(A/S) : NÃO INDICADO
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. INCORPORAÇÃO DOS 11,98%. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO. URV. RE 561.836-RG. ALEGAÇÃO DE MÁ APLICAÇÃO DE PRECEDENTE FIRMADO EM REPERCUSSÃO GERAL.

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 561.836, Rel. Min. Luiz Fux, afirmou que: **(i)** é direito dos servidores a incorporação dos 11,98%, ou do índice calculado em um processo de liquidação, decorrentes da conversão do Cruzeiro real em URV, quando o cálculo considera valor discrepante do correspondente à data do efetivo pagamento; e **(ii)** com o advento de lei que reestrutura a carreira de servidor público, concedendo aumento real, pode haver compensação entre esse aumento e os valores devidos a título de URV.

2. O acórdão proferido pelo Tribunal de origem limitou a incorporação da URV até a Lei Complementar estadual nº 123/1994, que reestruturou a carreira. Não houve, assim, má aplicação da tese firmada no tema 5 da repercussão geral, tendo o Tribunal *a quo* atuado nos limites de sua competência.

3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, em caso de decisão unânime.

A C Ó R D Ã O

RCL 28117 AGR / SC

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo interno, com aplicação de multa, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 25 de maio a 1 de junho de 2018.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

04/06/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 28.117 SANTA CATARINA

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
AGTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER
JUDICIARIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : LUIZ GUILHERME BITTENCOURT MARINONI E
OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO
AGDO.(A/S) : NÃO INDICADO
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática pela qual neguei seguimento à presente reclamação, nos seguintes termos:

“DECISÃO:

1. Trata-se de reclamação ajuizada em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que aplicou a recurso extraordinário a sistemática da repercussão geral, conforme art. 543-B, § 3º, do CPC/73 e art. 1.040, II, do CPC/15. Nos autos de origem, o sindicato ora reclamante buscava ser reconhecido o direito dos seus substituídos processuais às diferenças salariais decorrentes da conversão de Cruzeiro Real em URV. Eis as ementas que compõem o julgado impugnado:

‘RECURSO DEVOLVIDO À CÂMARA PARA JUÍZO DE RETRATAÇÃO, POR APLICAÇÃO DO ART. 543-B, §3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. TEMA 005/STF (RE 561.836). URV. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO. SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. PAGAMENTO SALARIAL QUE DEVERIA SE OPERAR

RCL 28117 AGR / SC

NO DIA 20 DE CADA MÊS. INTELIGÊNCIA DO ART. 168 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. ENTRETANDO, NÃO COINCIDENTE. POSSIBILIDADE DE ERRO NA CONVERSÃO DE VALORES. DIFERENÇA, SE EXISTENTE, A SER APURADA EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. EXISTÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL, DE Nº 123/1994, QUE ALTEROU O PADRÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES, COM O PROPÓSITO DE ABARCAR EVENTUAL PERDA NA CONVERSÃO. RESÍDUO, SE EXISTENTE, SÓ POSSÍVEL DE VERIFICAÇÃO CONTÁBIL. DECISÃO DA CÂMARA EM CONCORDÂNCIA COM O DECIDIDO NO TEMA 005/STF (RE 561.836). ACÓRDÃO IMPUGNADO PELO RECURSO EXTRAORDINÁRIO REAFIRMADO EM SUA INTEGRALIDADE. JUÍZO DE RETRATAÇÃO PREJUDICADO.'

'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INTERPOSTO PELO AUTOR DA AÇÃO (SUBSTITUTO PROCESSUAL) E PELO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PATRONO. RECURSO VOCACIONADO À REFORMA PARCIAL DA DECISÃO COLEGIADA. ILEGITIMIDADE DO ESCRITÓRIO PARA POSTULAR AQUELES EFEITOS.

DECISÃO, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, QUE REAFIRMA OS TERMOS DO JULGAMENTO PRECEDENTE, ESTABELECENDO A EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 123/94 COMO TERMO (DIES AD QUEM) À APURAÇÃO DAS PERDAS DECORRENTES DA CONVERSÃO DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SANTA CATARINA EM DATA POSTERIOR AO DIA 20 DE CADA MÊS, NOS IDOS DE 1993 E 1994. DEDUÇÃO DE CONTRADIÇÃO DO JULGADO. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES, AFASTANDO-SE O MARCO TEMPORAL FIXADO NO ACÓRDÃO. AFIRMAÇÃO DE QUE A LCE N. 123/94 NÃO TERIA ORDENADO A

RCL 28117 AGR / SC

REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS E TAMPOUCO ORDENADO NOVO PADRÃO REMUNERATÓRIO. AUSÊNCIA, CONTUDO, DE CONFLITO ENTRE AS PREMISAS DE JULGAMENTO, OU DELAS COM A DECISÃO.

DEDUÇÃO QUE, A DESPEITO DA CONSISTÊNCIA E PROPRIEDADE NÃO RVELAM CONTRADIÇÃO, MAS ERRO DE JULGAMENTO, INVENCÍVEL PELA VIA DOS ACLARATÓRIOS (ENTRE TANTOS, STJ, EDCL NO RESP 1.366.346/MS). REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.'

2. Insurge-se a parte reclamante, sob alegação de que o TJ/SC não fez incidir ao caso concreto a segunda tese firmada no tema 5 da repercussão geral (RE 561.836, Rel. Min. Luiz Fux), segundo a qual *o término da incorporação, na remuneração do servidor, do percentual devido em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória* . Afirma que *Onde o STF manda seguir o entendimento das ADIS 2.321 e 2.323, o TJSC segue o entendimento superado da ADI 1.797. Onde o STF veda a compensação ou abatimento de simples aumentos remuneratórios supervenientes, o TJSC determina a compensação e abatimento de todos os aumentos remuneratórios supervenientes. E onde o STF estabelece que apenas uma efetiva reestruturação remuneratória pode fazer cessar o pagamento das diferenças devidas, o TJSC estabelece que simples modificação do padrão de vencimento (aumento ou reajuste) pode fazer cessar o seu pagamento* .

3. É o relatório. Decido.

4. Dispensó as informações, diante da suficiente instrução do feito, bem como o parecer da Procuradoria-Geral da República (RI/STF, art. 52, parágrafo único).

5. Na sistemática da Lei nº 8.038/1990 e do CPC/1973, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal foi construída no sentido do descabimento da reclamação constitucional sob alegação de ausência de aplicação ou aplicação equivocada de precedente firmado em sede de repercussão geral. A incidência da tese firmada sob aquela sistemática somente poderia ser

RCL 28117 AGR / SC

pleiteada pela interposição de recurso extraordinário no caso concreto, que observaria o trâmite dos arts. 543-A e 543-B do CPC/1973. Da decisão do Tribunal local que julgava o recurso extraordinário, seria cabível apenas a interposição de agravo interno no âmbito do próprio órgão de origem, salvo teratologia. Esta conclusão foi alcançada pelo Plenário no julgamento do AI 760.358-QO, Rel. Min. Gilmar Mendes.

6. No entanto, o Código de Processo Civil de 2015, na linha das suas demais inovações relativas à evolução legislativa do sistema de precedentes, previu a possibilidade de ajuizamento da reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinários repetitivos. Todavia, para tanto, deveriam ser *esgotadas as instâncias ordinárias* (art. 988, § 5º, II, do CPC/2015).

7. Embora o Supremo Tribunal Federal ainda não tenha pacificado o entendimento a respeito de quando haveria tal esgotamento das instâncias ordinárias, a interpretação correta parece ser aquela que exige o correto percurso de todo o *iter* processual, ultimado na interposição de agravo interno contra a decisão que nega seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I e § 2º, do CPC/2015. Ou seja, é imprescindível que a parte tenha interposto todos os recursos cabíveis, até a última via processual que lhe é aberta. Nesse sentido, veja-se a Rcl 24.686-ED-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, entre outros.

8. No caso dos autos, a repercussão geral foi aplicada sob o rito, inicialmente, do art. 543-B do CPC/73 e, após o julgamento do mérito do tema ao qual vinculado o recurso extraordinário, mediante incidência do art. 1.040, II, do CPC/73 (*Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma: (...) II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior*). Saliente-se que, apesar de não ter havido

RCL 28117 AGR / SC

juízo de retratação no caso concreto, o recurso extraordinário não foi remetido a esta Corte, nos termos do art. 1.041 c/c art. 1.036, §1º, do CPC/15. Considerada a inexistência de outra via processual para a impugnação, reputo exauridas as instâncias ordinárias.

9. Dito isso, passo à análise do mérito.

10. No julgamento do tema 5 da repercussão geral (RE 561.836, Rel. Min. Luiz Fux), o Plenário reconheceu o direito de servidores ao recebimento de valores pretéritos e à incorporação de parcela relativa à diferença na aplicação de índice na conversão de Cruzeiro Real em URV, desde que constatado o efetivo decréscimo remuneratório. Fixou-se, no entanto, como termo final da incorporação daquela parcela o momento em que a carreira do servidor passa por reestruturação remuneratória. Extraio da ementa do julgado:

'1) (...) 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, *verbi gratia*, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao *decisum* na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) **O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa**

RCL 28117 AGR / SC

por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção *ad aeternum* de parcela de remuneração por servidor público . 6) A irreduzibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes’ (destaquei).

11. No presente caso, não ocorreu afronta às teses firmadas pelo STF no julgamento do tema 5 da repercussão geral. Com efeito, o acórdão de apelação julgou procedente em parte as pretensões do reclamante com base em dois fundamentos. O primeiro, de que os servidores não recebiam no dia do repasse das dotações orçamentárias (dia 20), nos termos do art. 168 da CF, mas em data variável, conforme comprovado naqueles autos. Este ponto não é objeto da presente reclamação. O segundo fundamento adotado pelo órgão reclamado, contra o qual se insurge o reclamante, é de que o Estado de Santa Catarina editou a LC nº 123/94, justamente com a finalidade de restabelecer paridade entre servidores do Executivo e do Judiciário, que teria sido desequilibrada pela conversão dos vencimentos em URV. Nessa linha, afirmou-se a ocorrência de reestruturação de carreira posterior à conversão da remuneração dos servidores de Cruzeiro Real em URV.

12. Este fundamento foi considerado na reanálise da apelação, realizada nos termos do art. 1.040, II, do CPC/15. Extraio dos respectivos embargos de declaração (doc. 34):

‘O STF firmou como limitador ao eventual direito de reparação daquelas perdas e superveniência de legislação reestruturando o padrão remuneratório dos servidores (readequação de carreiras);

No julgamento do recurso de apelação, bem como no

RCL 28117 AGR / SC

juízo de retratação afirmou-se o direito à reparação até o advento de leis que reordenassem o padrão remuneratório, assentando como tal a LCE n. 123/94 e as subsequentes, supondo a completa absorção de perdas com a reestruturação e submetendo, no mais, o feito à liquidação para demonstração do eventual direito residual de recomposição, ou mesmo para constatação do que se denominou liquidação zero.

Essas premissas, não há dúvida, foram bem compreendidas pelo embargante. Afinal, na prática se postula efeito infringente para afastar o termo fixado no acórdão a LCE n. 123/94 aduzindo que ela não teria fixado novo padrão remuneratório aos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina. (...)

(...)

Embora, repito, seja muito sensível à solidez da tese invocada, não posso ignorar que os julgamentos anteriores reconheceram, à unanimidade, que a lei estadual fixou novo padrão remuneratório à carreira dos servidores.'

13. Nos termos da jurisprudência desta Corte, compete à instância ordinária analisar a ocorrência ou não de reestruturação de carreira, para julgamento do pedido de pagamento de diferenças relativas à conversão de Cruzeiro Real em URV. A questão, inclusive, levou o Plenário do STF afirmar a ausência de repercussão geral da controvérsia:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. ÍNDICE RELATIVO À PERDA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DO CRUZEIRO REAL EM UNIDADE REAL DE VALOR (URV). TERMO FINAL DA INCORPORAÇÃO. REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. VERIFICAÇÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

1. Possui natureza infraconstitucional a controvérsia relativa à ocorrência ou não de reestruturação

RCL 28117 AGR / SC

remuneratória da carreira de servidor público, para fins de estabelecimento do termo final da incorporação do percentual relativo à perda salarial decorrente da conversão do Cruzeiro Real em URV.

2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608-RG, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/3/2009).

3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 1.035 do CPC/2015." (ARE 968.574-RG, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno).

14. Não houve, assim, má aplicação da tese firmada no tema 5 da repercussão geral, tendo o Tribunal *a quo* atuado nos limites de sua competência.

15. Diante do exposto, com fundamento no art. 21, § 1º, do RI/STF, **nego seguimento à reclamação.**

16. Sem honorários, porquanto não citado o Estado de Santa Catarina."

2. A parte agravante reitera os fundamentos da petição inicial. Afirma que o acórdão recorrido determinou a compensação do valor de 11,98%, incorporado em razão da conversão da URV, com aumento posteriormente conferido pela Lei Complementar estadual nº 123/1994, desrespeitando a tese firmada no julgamento do RE 561.836-RG. Sustenta que, no julgamento dos embargos opostos à apelação, o Tribunal de origem reconheceu que a Lei complementar estadual não reestruturou a carreira, motivo pelo qual a decisão monocrática que manteve o acórdão impugnado deve ser reformada.

3. É o relatório.

04/06/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 28.117 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Conheço do recurso, mas nego-lhe provimento.

2. Conforme ressaltado na decisão recorrida, no caso em análise, não ocorreu afronta às teses firmadas pelo STF no julgamento do tema 5 da repercussão geral. No julgamento do RE 561.836, Rel. Min. Luiz Fux, esta Corte reconheceu o direito de servidores ao recebimento de valores pretéritos e à incorporação de parcela relativa à diferença na aplicação de índice na conversão de Cruzeiro Real em URV, desde que constatado o efetivo decréscimo remuneratório. Fixou-se, no entanto, como termo final da incorporação daquela parcela o momento em que a carreira do servidor passa por reestruturação remuneratória.

3. No caso em análise, o acórdão impugnado limitou o pagamento do percentual de 11,98% até o advento da Lei Complementar estadual nº 123/1994. Essa lei, com a finalidade de restabelecer paridade entre os servidores do Executivo e do Judiciário, que teria sido desequilibrada pela conversão dos vencimentos em URV, reestruturou a carreira do Judiciário, em momento posterior à conversão da remuneração dos servidores de Cruzeiro Real em URV.

4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, compete à instância ordinária analisar a ocorrência ou não de reestruturação de carreira, para julgamento do pedido de pagamento de diferenças relativas à conversão de Cruzeiro Real em URV. A questão, inclusive, levou o Plenário do STF afirmar a ausência de repercussão geral da controvérsia no ARE 968.574-RG, Rel. Min. Teori Zavascki, cuja ementa ora transcrevo:

RCL 28117 AGR / SC

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. ÍNDICE RELATIVO À PERDA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DO CRUZEIRO REAL EM UNIDADE REAL DE VALOR (URV). TERMO FINAL DA INCORPORAÇÃO. REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. VERIFICAÇÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. Possui natureza infraconstitucional a controvérsia relativa à ocorrência ou não de reestruturação remuneratória da carreira de servidor público, para fins de estabelecimento do termo final da incorporação do percentual relativo à perda salarial decorrente da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608- RG, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/3/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 1.035 do CPC/2015.

5. Portanto, o acórdão reclamado aplicou corretamente as teses firmadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 561.836, paradigma do tema 5 da repercussão geral.

6. Saliento, por fim, que, diferentemente do que afirma o agravante, no julgamento dos embargos de declaração opostos à apelação, o Tribunal de origem não afirmou ter se equivocado ao afirmar que a Lei Complementar nº 123/94 reestruturou a carreira dos servidores do judiciário. A afirmação feita foi no sentido de que, ainda que se considerasse que a lei estadual não havia reestruturado a carreira, o acórdão embargado não padeceria de contradição, mas erro de julgamento, não desafiando a oposição de embargos declaratórios.

7. Como é de conhecimento, há duas espécies de erro que ensejam a propositura do recurso de apelação: o erro de procedimento e o

RCL 28117 AGR / SC

erro de julgamento. Tais alegações não constituem o fundamento para oposição dos embargos de declaração, que são cabíveis apenas quando constatado omissão, contradição ou obscuridade.

8. Isso é o que se verifica da leitura completa do trecho dos embargos de declaração, acerca da natureza da lei complementar:

“Os vícios que ensejam os aclaratórios são intestinos. Em outras palavras, dizem respeito ao conflito notado na decisão em si considerada, e não em sua relação com elementos exteriores. Por isso que o juízo eventualmente exercido é de ajuste, ainda que reflita alguma modificação.

[...]

Enfim, é o conflito de premissas, entre si ou em relação ao julgamento que autorizam a revisitação da decisão por embargos, conclusão recorrente afirmada pela jurisprudência:

[...]

Enfim, nos julgamento precedentes – no acórdão originário, nos aclaratórios subsequentes e na reafirmação feita no juízo de retratação – mantem-se as mesmas premissas, que a seu modo não destoam da conclusão do julgamento.

Não há, portanto, contradição notável. O que se discute – e eis a essência dos aclaratórios - é a inadmissibilidade da premissa fundamental, a qual seja, de que a LCE 123/94 sirva de parâmetro para balizar o termo de recomposição das perdas.

Embora, repito, seja muito sensível à solidez da tese invocada, não posso ignorar que os julgamentos anteriores reconheceram, à unanimidade, que a lei estadual fixou novo padrão remuneratório à carreira dos servidores. Se há equívoco na interpretação – e ele é denunciado com muito fôlego e propriedade – não há desacordo aparente com as demais premissas de julgamento, e sobretudo com a conclusão.

O que se tem, então, cuja contundência é revelada inclusive nas razões de embargos, é típico erro de julgamento, Daí decorre o óbice. O erro de julgamento, por si, ainda que

RCL 28117 AGR / SC

agudo, não é censurável em via tão estreita. A propósito:

‘PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. SIMPLES PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DE RESULTADO DO JULGAMENTO.

1. Decisão obscura é aquela que não pode ser entendida ou que gera dúvida quanto à sua correta interpretação. Se a parte argumenta a existência de obscuridade, mas mostra ter entendido perfeitamente o acórdão, apenas acreditando que ele traz erros de julgamento, de suas alegações não se pode ser conhecer na via dos declaratórios.

2. Embargos de declaração rejeitados.’ (STJ, EDcl 1.366.346/MS, Segunda Turma. Rel. Min. Herman Benjamin. Decisão de 13.12.2016)” (grifei)

9. Diante do exposto, nego provimento ao agravo interno. Ante seu caráter manifestamente protelatório, aplico à parte agravante multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, em caso de unanimidade da decisão.

10. **É como voto.**

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 28.117

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

ADV.(A/S) : LUIZ GUILHERME BITTENCOURT MARINONI (13073/PR, 69610A/
RS) E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO (DF029543/)

AGDO.(A/S) : NÃO INDICADO

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, com aplicação de multa, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 25.5.2018 a 1.6.2018.

Composição: Ministros Alexandre de Moraes (Presidente), Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma